

## O CAMPO LEXICAL *ECONOMIA* EM DOCUMENTOS DO SÉCULO XVIII

### THE LEXICAL FIELD *ECONOMY* IN DOCUMENTS OF EIGHTEENTH CENTURY

Vanessa Regina Duarte Xavier<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto objetiva analisar o campo lexical *Economia* em documentos goianos de 1751 a 1753, os quais foram submetidos às edições *fac-similar* e semidiplomática, no desiderato de possibilitar um maior contato com os originais e o confronto de sua imagem à sua lição conservadora. Além disso, apontamentos sobre o contexto histórico aludido no *corpus* buscam esclarecê-lo, bem como explicitar as relações semânticas que motivaram o agrupamento dos itens lexicais em campos.

**Palavras-chave:** Campo Lexical; Economia; Filologia; História.

**Abstract:** This text aims to analyze the lexical field *Economy* in documents of Goiás from 1751 to 1753, that were submitted to facsimile and semidiplomatic editions, in desideratum of to enable greater contact with the originals and the confrontation of their image to their conservative lesson. In addition, notes on the historical context alluded in the *corpus* seek clarify it and to explicit the semantic relationships that motivated the grouping of lexical items in fields.

**Key-words:** Lexical Field; Economy; Philology; History.

#### Proposição

Inicialmente, o texto debruça-se sobre o *corpus* da pesquisa, a saber, um conjunto de noventa e dois documentos contidos no “Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762)” e concernentes aos anos de 1751 a 1753, discorrendo sobre o seu conteúdo, de modo geral, e sobre os critérios usados na edição semidiplomática dos manuscritos, os quais constam em Megale e Toledo Neto (2005), bem como enfatizando as relevantes contribuições desta aos estudos linguísticos, fundamentalmente. Explana também sobre a importância da lição *fac-similar* dos fólhos aliada à semidiplomática e mostra as restrições daquela, quando tomada isoladamente.

Esboçam-se, em seguida, considerações sobre o eixo direcionador da

<sup>1</sup> Graduada em Letras pela UFG-Campus Catalão. Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pela USP e bolsista FAPESP. Pesquisadora participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português e do projeto de pesquisa temático Formação de Corpora Escritos de Goiás - leitura e edição de manuscritos. Endereço de email: [vanregina1986@hotmail.com](mailto:vanregina1986@hotmail.com)

pesquisa, qual seja, as convergências entre o léxico e a cultura, abordando brevemente questões relativas à categorização léxica, à aquisição do léxico e às transformações sofridas por ele em face das mudanças sócio-culturais. Nesse sentido, Biderman (1981, p.132) pontua que “o tesouro léxico é transmitido de geração a geração como signos operacionais, por meio dos quais os indivíduos de cada geração podem pensar e exprimir seus sentimentos e ideias”.

Na sequência, consta a análise do campo lexical intitulado *Economia*, haja vista ser este um dos mais produtivos e representativos da temática dos documentos. Intenta-se, pois, demonstrar como os itens lexicais que compõem tal campo estão interligados, pertencendo a uma mesma zona de significação (COSERIU, 1977).

Por fim, estabelecem-se relações entre os itens lexicais inventariados no *corpus* e a organização social, econômica e cultural da capitania de Goiás no período, através de uma sucinta contextualização histórica das questões abordadas nos documentos editados, de modo especial as que se vinculam ao tema *Economia*. Desse modo, recorreu-se à História para fazer alguns esclarecimentos necessários acerca de aspectos econômicos de Vila Boa de Goiás no período colonial, a partir dos assuntos tratados no texto.

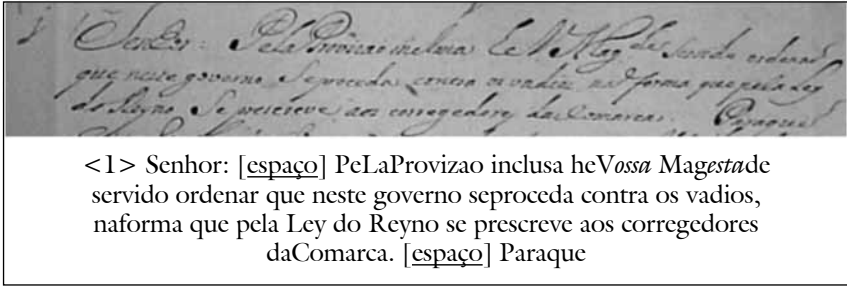
## 1. Algumas palavras sobre o *corpus* e sua edição

Os manuscritos que constituem o material deste estudo somam um total de setenta e três fólios, escritos em *recto* e verso, e datam de Vila Boa de Goiás. Dentre eles, há vinte documentos que são cópias de outros, apresentando modificações mínimas em seu texto. Do códice mencionado acima, a pesquisa focalizou apenas os documentos de 1752 e 1753, com exceção de três documentos referentes ao ano de 1751, os quais se achavam inclusos na parte intitulada “Anno de 1752 | Respostas das cartas de Sua Magestade vindas pelo | Conselho Ultramarino”, salvo o equívoco.

Nesse contexto, o primeiro documento que consta em nossa edição datou de vinte e quatro de dezembro de 1751 e está situado no *recto* do fólio 66, enquanto o último datou de dezessete de setembro de 1753 e se encontra do verso do fólio 138 ao *recto* do fólio 139. Os textos variaram muito em sua extensão, pois o menor deles apresentou somente seis linhas e o maior cento e noventa e quatro. Os principais temas abordados nos documentos foram de cunho econômico, sócio-administrativo, político e religioso, relativos à capitania goiana.

Os manuscritos referidos foram editados semidiplomaticamente, preservando-se a grafia das palavras, bem como a sua acentuação e a fronteira vocabular, em consonância com as normas constantes em Megale e Toledo Neto (2005). Para além disso, também mantiveram-se a pontuação dos ori-

ginais e o emprego de maiúsculas e minúsculas. Conservou-se igualmente a sua translineação, através da lição justalinear dos fólhos, para facilitar o seu cotejo com os *fac-símiles*, sendo estes fotografias dos originais, portanto, cópias fiéis dos mesmos (BASSETO, 2001). Outro fator que contribuiu para a comparação da edição semidiplomática com a *fac-similar* foi a numeração das linhas de cinco em cinco. Observe o quadro demonstrativo abaixo:



**Quadro 1** – Cotejo de um trecho da edição *fac-similar* do *recto* do fólho 66 com a sua edição semidiplomática.

Com isso, ensejamos compor uma fonte fidedigna aos estudos linguísticos, em primeiro plano, e de naturezas diversas, mantendo o estado de língua em que o texto foi escrito e permitindo o seu acesso de modo facilitado à posteridade. A opção pela edição semidiplomática se justifica por ser esta conservadora, mas que, por outro lado, fornece algum preparo para que os não especialistas possam igualmente consultá-la sem maiores dificuldades.

Ressalta-se, dessa feita, que se buscou cumprir, com o máximo rigor, o trabalho filológico de constituir um material no qual a análise linguística pudesse se fiar. De outra parte, a lição *fac-similar* visou a permitir uma maior proximidade com os originais, por não admitir intervenções do editor, e facilitar o confronto imediato com a edição semidiplomática, no intuito de dirimir as dúvidas que surjam na sua consulta. Contudo, a versão *fac-similar* requer alguma habilidade e prática com a leitura de textos antigos, podendo causar embaraços ao consulente.

Revela-se imperiosa ao filólogo a composição de fontes fidedignas aos estudos diversos, a fim de assegurar a legitimidade das análises realizadas a partir desses materiais, visto que tem-se observado graves problemas de leitura nas edições. Com vistas a evitar tais equívocos, é sempre desejável que se ofereça ao consulente a edição *fac-similar*, para que os prováveis erros sejam identificados imediatamente. Assim, assegura-se a confiabilidade das interpretações advindas de tal fonte.

Segundo Cunha (2004, p.424), a filologia pode ser considerada “a

guardiã da fidelidade dos textos do passado. Com seus métodos rigorosos, procura eliminar-lhe as erosões sofridas pelo tempo e reconstituí-los de sua pureza original”. Vê-se, portanto, que ela preserva os textos para permitir o seu acesso às gerações futuras, publicando-os em edições baseadas na aplicação rigorosa de critérios previamente estabelecidos. Dessa feita, impede que a memória de acontecimentos passados se perca, na tentativa de manter ao máximo o que se supõe ser a vontade do autor, sem corromper a mensagem contida na fonte.

Higounet (2003, p.26) traduz bem o esforço e a habilidade exigida na leitura de documentos antigos no trecho a seguir:

Mesmo depois de feita a decifração, por meio da utilização de recursos da lingüística e de um espírito de observação e de engenhosidade, a leitura das escritas antigas é sempre difícil porque apresenta outros problemas de evolução gráfica.

Isso demonstra que a instabilidade gráfica é uma constante em textos antigos, até mesmo naqueles redigidos por um mesmo escriba. Além disso, o traçado de uma determinada letra pode variar muito a depender da posição que ela ocupa no interior da palavra ou da sílaba, a saber, se inicial, medial ou final. Observe abaixo alguns dos diferentes traçados para a letra <s> constantes no fólio 70, verso:

Sendo	Asua	meyos	sesmarias	passado

Percebe-se, pelo quadro acima, que o mesmo escriba usa traçados diferentes para o <s> em posição final da sílaba, nas palavras *meyos* e *sesmarias*, já que somente a segunda apresentou uma cauda. No segundo exemplo, o artigo *a* e o pronome *sua* não possuem fronteira vocabular e, em decorrência disso, o traçado da letra <s> sofre uma pequena alteração.

De igual maneira, verifica-se tal irregularidade na escrita no formato apresentado pela letra <t>, disposta a seguir, tendo sido extraída do fólio anteriormente mencionado, o qual apresenta um único punho:

ajuste	tivessem	Tensa	ditto	aoTempo	nova mente

Nota-se, portanto, que o traçado da letra <t> varia tanto em posição

inicial de sílaba, tal como se observa nas palavras *tivesses*, *Tensa e Tempo*, assim como no uso de maiúscula para estas duas últimas. Merece registro a grande variação sofrida pela letra <t> em seu formato na abreviação do advérbio “nova mente”, em que a sílaba <te> aparece sobrescrita. Por fim, comparando-se os vocábulos *ajuste* e *ditto*, percebe-se que no primeiro caso a letra <t> aparece mais solta no interior da palavra, sem junturas com as letras que a precedem e seguem-na, enquanto o segundo possui mais ligaduras, modificando mais uma vez o traçado da mesma.

Dentre as dificuldades envolvidas na leitura de documentos antigos, Acioli (1994, p. 2) lista as seguintes:

forma gráfica diversa da atual; descuidos de redação; falta de clareza na exposição do assunto; abreviaturas; sistemas de numeração, unidades de peso e medida. A isto devem-se acrescentar os problemas de ordem externa, tais como as manchas, corrosão por traças e pela tinta, ação do calor, água, umidade e manuseio.

Isso demonstra a importância das edições *fac-similar* e semidiplomática de documentos antigos, porque elas facilitam o acesso e a compreensão dos textos, já que não é preciso comparecer aos arquivos, cartórios, museus e outros lugares responsáveis pela guarda e preservação de arquivos para se ter acesso aos originais e, de outra parte, abreviaturas são desenvolvidas e eventuais erros do escriba assinalados, dentre outros aspectos, de modo que o consulente tem um importante auxílio na sua interpretação.

Basseto (2001, p.29) frisa que filólogo “é o que se ocupa sobretudo com o texto escrito, principalmente antigo” e sua função é torná-lo mais acessível. Assim, é comum a recorrência a outras esferas do conhecimento, tais como a paleografia, a codicologia, a história etc., no intuito de cumprir tal tarefa. Contudo, esta deve ser uma exigência do próprio texto, por sua natureza e conteúdo.

O autor ainda conceitua a filologia como “a ciência do significado dos textos; e em sentido mais amplo, como a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo ou de uma cultura com base em sua língua ou em sua literatura” (BASSETO, 2001, p.37). Nessa abordagem, é indiscutível que o objeto de estudo da filologia é o texto e a sua finalidade explicá-lo de alguma maneira. Percebe-se, ainda, que o autor alia o estudo do texto ao do contexto histórico em que ele foi escrito. E é isso que pretendemos fazer neste estudo, vale dizer, realizar um estudo lexical dos documentos já mencionados anteriormente com base na cultura e na história de Goiás no período de escrita dos mesmos.

## 2.Léxico e cultura: algumas convergências

É oportuno principiar a discussão que ora propomos tecendo algumas considerações sobre a tênue fronteira entre o léxico e a cultura, visto que o léxico é o domínio da língua encarregado da denominação ou, em outros termos, da categorização do real. Em virtude disso, desde o que há de mais concreto e nítido na cultura de modo geral, ao que se revela, em sua essência, impreciso ou cuja existência tende mais ao plano da abstração, sem vínculo necessário com qualquer materialidade, possui uma designação no sistema linguístico.

Real ou imaginário, qualquer fato físico, biológico e cultural recebe uma espécie de “rótulo” que o identifica. Com razão, Cunha (2004, p.220) assevera que “nos povos mais distanciados e mais diversos uns dos outros ‘não ter nome’ é sinônimo de não existir, e ‘dar nome’ significa instituir”, porquanto tudo o que existe requer uma denominação. Nessa concepção, o léxico consiste em um conjunto de “rótulos”, que em uma terminologia mais especializada, chamamos *lexemas*.

Sobre o potencial criador e/ou destrutivo da palavra, mediante a denominação das coisas, Cunha (2004, p.233) propõe a seguinte reflexão:

Com a palavra criaram-se e destruíram-se mundos, selaram-se destinos, elaboraram-se ideologias, proferiram-se maldições e blasfêmias, expressaram-se ódios, mas também com ela – e só com ela –, em tantos e tão desvairados povos, falou-se de amor, consolaram-se aflições e elevaram-se preces ao seu Deus. Ela tem sido, através do tempo, a mensageira do bem e do mal, da alegria e da dor.

No trecho transcrito acima, observa-se que a interação do homem com o mundo, de modo geral, é intermediada pela língua e, particularmente, pela designação das coisas, que se dá por meio das semelhanças e das oposições semânticas. Assim, o homem se serve dos expedientes lexicais mais diversos para expressar-se com relação ao meio em que vive e a sua relação com o seu ambiente e com as pessoas à sua volta fica evidente nos discursos que profere, visto que a palavra é ideológica por natureza.

*A priori*, pode-se considerar que a denominação do real através do léxico não possui uma motivação extralinguística, ou seja, ela é arbitrária. Prova disso é que as categorias lexicais diferem entre si de uma língua para outra e podem se distinguir até mesmo de uma comunidade de fala para outra. Nesse sentido, Lyons (1980) sublinha que as línguas registram o conhecimento sobre a realidade de maneira distinta porque seus membros têm visões diversas sobre ela e, por isso, às vezes possuem conceitos únicos, inexistentes em outras línguas.

O que permite que o conjunto destas denominações perdure ao longo do tempo é a sua transmissão de geração em geração por meio da interação humana. Disso resulta que o repertório lexical é fruto de uma convenção social e é assimilado pelos falantes de uma dada comunidade na medida em

que ele interage com outros entes sociais. Isso equivale dizer que o homem apreende paulatinamente os expedientes lexicais com o fito de agir sobre o seu meio e de interagir socialmente. Acompanha esta nomeação o processamento cognitivo da realidade que é armazenado ordenadamente na memória através do léxico.

De acordo com Blikstein (1981, p.29), Platão já considerava que o nome “é um instrumento discriminatório da realidade”, que nos permite conhecê-la. Daí que nomear o real é interpretá-lo através da experiência e somente podemos agir sobre ele à medida que conhecemos seus elementos e, por conseguinte, os nomeamos.

Depreende-se, assim, que a aquisição, i. é, a aprendizagem do léxico de uma língua não cessa jamais, pelo contrário, é constante ao longo da vivência humana, tendo em vista que ele está em um movimento contínuo de ampliação e de retração, à medida que surgem novos elementos a serem nomeados como, por exemplo, as novas tecnologias, e, por outro lado, que outros são temporária ou definitivamente postos de lado. A esse respeito, Lyons (1980, p.205) afirma que:

Não só desaparecem os lexemas previamente existentes e surgem novos lexemas no decurso da história de uma língua, como as relações de sentido existentes entre um dado lexema e lexemas vizinhos mudam constantemente com o tempo.

Segundo Higounet (2003, p.9), a palavra “realiza o pensamento que até então permanece em estado de possibilidade”, disciplinando-o e organizando-o. Em outras palavras, é possível afirmar que o léxico codifica a realidade em sinais convencionais para expressar ideias e, conseqüentemente, ele é representativo do conjunto ideológico de uma comunidade, considerando-se um recorte temporal e espacial específico.

Apesar da íntima relação até aqui evidenciada entre léxico e cultura, não se pode conceber uma absoluta equivalência entre tais domínios, uma vez que a cultura se transforma muito mais freqüente e rapidamente que o léxico, o qual é mais conservador e só admite mudanças sutis, lentamente integradas ao sistema linguístico. Vale ressaltar que entendemos por cultura, à esteira de Tylor (1871, p.1), “todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei, moral, costume e quaisquer outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como um membro da sociedade”.

Dessa feita, a língua é parte da cultura, ou seja, está inclusa nesta e é também o seu meio de expressão, como assevera Lyons (1980, p. 203) a seguir: “Cada língua é integrada na cultura em que opera; e a sua estrutura lexical (bem como pelo menos parte da sua estrutura gramatical) reflecte as distinções que são (ou foram) importantes na cultura”. Como tal, ela é herda da socialmente porque permanece em pleno uso na sociedade e por meio dela

a cultura se transmite e se manifesta. Assim é que tudo o que compõe a cultura possui uma representatividade na língua, mais especificamente no léxico.

Com isso, pretende-se demonstrar que a categorização léxica possibilita a transmissão do legado cultural de uma dada comunidade, por um lado, e que o léxico, por sua vez, tem nisso a sua finalidade principal, sofrendo, portanto, as influências do ambiente cultural em que se manifesta. Nessa perspectiva, léxico e cultura se mostram indissociáveis e interdependentes.

É o que corrobora a assertiva de Mattoso Câmara Jr. (p.290) de que:

a LÍNGUA, em face do resto da cultura, é – o resultado dessa cultura, ou a sua súpula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir. E mais ainda: só existe funcionalmente para tanto: englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la.

Por esse prisma, a cultura depende da língua para existir, já que é por intermédio dela que se dá a interação humana e, por seu turno, a língua não existe fora das manifestações culturais, porque é sua função expressá-las. Isso demonstra que língua e cultura se integram, formando uma totalidade que sustenta a vivência social. Nesse contexto, Biderman (1981) alvitra que o léxico é o menos linguístico dos campos da língua, uma vez que é responsável por intermediar a relação entre a língua e a sociedade.

A interdisciplinaridade evocada pelo léxico é corroborada por Biderman (1981, p.132): “os lexicólogos mais ilustres dificilmente conseguiram isolar a sua ciência das várias ciências afins e realidades próximas em que o léxico de uma língua vai necessariamente desaguar”. Justifica-se, assim, que o estudo lexical do *corpus* seja correlacionado à sua análise histórica e cultural, tomando por base, antes de tudo, o trabalho filológico previamente executado de edição fidedigna dos manuscritos.

### 3. Análise do campo lexical *Economia*

É mister evidenciar a concepção de campo lexical que norteou a distribuição dos itens lexicais para a sua análise posterior. Nesse sentido, entendemos por campo lexical o conjunto de lexemas que dialogam entre si, por compartilharem uma similaridade de conteúdo. Em consonância com Coseriu (1977), o campo lexical é composto por um *arquilexema*, a saber, um lexema que é representativo de uma temática e que reúne outros lexemas da mesma esfera significativa, que possuem diferenças conceituais mínimas. No caso em estudo, o arquilexema é *Economia* e engloba diversos lexemas relacionados a este assunto no *corpus*.

O autor referido define o campo lexical como...



un paradigma léxico que resulta de la repartición de un contenido léxico continuo entre diferentes unidades dadas en la lengua como palabras y que se oponen de manera inmediata unas a otras, por medio de rasgos distintivos mínimos (1977, p.146).

É importante considerar que os significados dos itens lexicais são conceitos definidos por oposições semânticas, em conformidade com o seu uso em um dado plano discursivo, pela relação que entretêm com os demais membros do enunciado, e não estão correlacionados às propriedades reais dos seus referentes extralinguísticos. Em vista disso, Coseriu (1977) aventa que as imprecisões nas distinções de objetos ou de fatos da realidade não implicam que seus conceitos sejam igualmente nebulosos.

Cumprе assinalar que a partir dos itens lexicais inventariados no *corpus*, ou seja, os substantivos, adjetivos e verbos, tornou-se possível elencar os assuntos mais significativos deste. Tal metodologia de análise embasou-se na concepção de que o léxico não é formado por unidades lexicais isoladas entre si, mas sim por domínios parciais, que são os próprios campos lexicais, em que esses lexemas são englobados conforme a sua significação. Por esse prisma, Lyons (1980) observa que os campos estão no entremeio dos lexemas individuais e da totalidade do léxico.

O autor conceitua o campo lexical como “um subconjunto paradigmática e sintagmaticamente estruturado do vocabulário (ou lexico\*)” (LYONS, 1980, p.217). Por sua vez, os campos lexicais não se opõem necessariamente uns aos outros, mas podem estar correlacionados. Em virtude disso, um mesmo item pode ser classificado em campos diferentes simultaneamente. Nas palavras de Coseriu (1977, p.93), “la misma palabra puede figurar en varias agrupaciones a la vez, según la determinación que se considere”. Nesse ponto de vista, cabe observar que os campos não são homogêneos em sua estrutura, mas organizam-se a partir de critérios distintos.

Vale ressaltar que as unidades lexicais foram distribuídas nos campos de acordo com o contexto discursivo que nos serviu de base. Por essa razão, os campos não possuem limites definidos, mas podem variar significativamente segundo o contexto. É o que assevera Coseriu (1977, p.135): “Los campos admiten varios niveles de estructuración, en el sentido de que un campo de un nivel determinado puede quedar incluido como unidad en un campo de nivel superior”.

Observamos, ao todo, dezesseis campos lexicais que melhor revelaram a temática abordada nos documentos, são eles: Tempo, Espaço, Organização do Estado, Judiciário, Militar, Economia, Pesos e Medidas, Extensão e Quantidade, Atividades profissionais, Mineração, Religião e crenças, Saúde, Ciclos de vida, Etnia, Habitação e Locomoção.

No campo *Economia*, foram incluídos os seguintes itens lexicais, distribuídos a seguir em subcampos, com vistas a facilitar o seu entendimento,

e seguidos pela sua frequência no *corpus*: *tributação*: arrecadação (9), arrecadado (2), arrecadar (1), capitação (81), censo (12), cômputo (3), contrato (92), contribuição (11), contribuir (13), correção (12), cota (11), direito (30), dízimo (10), donativo (9), entrada (30), quintar (5), quinto (138), sistema (3), tença (4), tributo (2); *moeda*: conto (16), cunhar (2), cunho (1), cruzado (16), dinheiro (8), espécie (4), grão (81), marco (57), moeda (39), oitava (191), onça (50), ouro (334), pataca (2), real (66), réis (59), tostão (9); *negociação*: aluguel (8), avaliação (1), avaliado (11), avaliar (5), cálculo (2), comerciar (1), comércio (46), compra (10), comprar (20), consumir (3), consumo (1), conta (64), custo (6), emolumento (7), estimação (3), fatura (5), fazenda (95), fiador (3), fiança (2), ganho (8), gastar (6), gasto (13), gênero (9), granjearia (4), importância (2), importar (25), lograr (2), lucrar (2), lucro (4), lucroso (2), negociação (2), negociar (1), negócio (9), prejuízo (24), principal (11), rematar (10), rendoso (2), vencer (12), vencido (4), vencimento (4), venda (8), vender (22), vendido (2); *pagamento*: abater (5), abatido (4), abatimento (2), abonar (1), cabedal (8), capital (5), cobrado (2), cobrança (25), cobrar (42), conta (64), contrair (2), custa (8), de contado (2), descontar (4), desconto (2), desembolso (2), despende (1), despesa (75), devedor (13), dinheiro (8), dívida (17), encargo (1), juro (2), líquido (4), multa (4), ordenado (1), pagamento (49), pagar (73), pago (25), perceber (10), preço (44), principal (11), quantia (44), razão (57), receber (48), recebido (7), recebimento (4), receita (6), remuneração (1), renda (6), rendido (6), rendimento (51), rendoso (2), salário (2), soldo (12), valor (49); *empréstimo*: credor (2), dívida (17), empréstimo (11), escrito de obrigação (1), fiador (3), fiança (2).

Faremos, agora, uma breve descrição do conteúdo do campo supracitado, demonstrando a relação de similaridade de conteúdo entre os itens lexicais que o compõem. Além disso, acompanham tal descrição algumas considerações sobre a história e a cultura goiana nos setecentos, de modo a possibilitar uma melhor compreensão do texto. A esse respeito, observa-se que cada vez mais os aspectos históricos e sociais têm auxiliado a análise da constituição e do funcionamento da língua em uma perspectiva diacrônica.

É válido acentuar que o léxico contém informações de diferentes gerações, porque se atualiza ao longo do tempo, para atender às novas necessidades comunicativas. Nessa concepção, cabe investigar as práticas sócio-culturais que se enredam nos itens lexicais componentes do campo lexical referido. Assim é que as crenças, a organização social e política de uma sociedade se manifestam nas escolhas lexicais feitas em determinado contexto discursivo.

Os signos **ouro**, **quinto** e **oitava** foram os mais recorrentes desse campo. Explica-se: o primeiro item remete à essência da economia goiana na época, ou seja, a mineração, despontando como a principal atividade econômica na capitania, expressa sobretudo na busca pelo ouro. Segundo

Elia (2003, p.93), “a face mais característica do século XVIII brasileiro foi a descoberta de minerais preciosos”. O segundo item refere-se ao tributo sobre todo o ouro extraído, formando grande parte da renda do governo. O último item remonta a uma das unidades de medida mais usada na pesagem do ouro, haja vista que este era comumente empregado como moeda no comércio, na região das minas.

As lexias **comerciar**, **dízimo**, **pataca** e **tença**, por sua vez, demonstraram baixa frequência no *corpus*. Apesar disso, oferecem valiosas notícias sobre a economia na capitania, quais sejam, respectivamente: a existência de um comércio atuante, especialmente de artigos de primeira necessidade, o pagamento de um décimo de toda a produção agrícola e do rendimento da criação de animais ao governo, o uso da pataca como moeda nas transações econômicas e o pagamento de um auxílio pelo rei destinado ao sustento de oficiais.

Concernente ao subcampo *tributação*, convém dizer que a receita da Fazenda Real compunha-se, principalmente, da cobrança do quinto sobre o ouro, realizada pelos ministros e fiscais do Estado, nas Intendências. De acordo com Palacín (1978), o quinto ficava guardado em um cofre, com custódia militar, e, uma vez ao ano, era enviado ao Rio de Janeiro, e daí para Lisboa, juntamente com mapas contendo o rendimento detalhado da arrecadação do quinto, dos diamantes, dos confiscos, além da receita e das despesas da Casa de Fundição. A provedoria do Rio de Janeiro solicitava, ainda, as matrículas dos escravos, os impostos do comércio e os rendimentos dos ofícios, das provedorias gerais e das comissárias.

O autor ainda aponta que os governadores e intendentess deveriam prestar contas à Corte das pessoas que submeteram seu ouro à fundição, informando as respectivas datas, a quantidade e o toque ou ensaio resultante da fundição. Estas informações deveriam ser registradas em livros da entrada do ouro e relatadas em relações endereçadas à Coroa.

Em vista disso, a Coroa solicitava insistentemente o pagamento de uma cota certa ao invés do quinto do ouro, sob ameaça de arrendar este tributo a contratadores. Como os moradores não aceitaram o pagamento desta cota, pela instabilidade das suas funções e irregularidade na cobrança da mesma, o quinto continuou a ser cobrado.

É sabida a cobrança opressiva de tributos dos moradores da capitania goiana, dentre os quais podemos mencionar as **entradas**, imposto sobre as carregações que entravam nos distritos, recolhidas nos registros. Segundo Palacín (1978), seu preço dependia do peso do objeto, a saber: duas arrobas equivalem a uma oitava e meia de ouro. Assim, objetos leves e de alto custo, como as jóias, tinham impostos baratos e outros pesados e de baixo custo, como o sal, revelavam-se onerosos.

Em decorrência disso, o autor alvitra que os grandes mercadores não tinham perdas significativas no que tange à cobrança das entradas, enquanto

os comerciantes do sertão, geralmente com um capital modesto, iam à falência. As mercadorias recebiam os rótulos de *fazenda seca*, com o tributo de uma oitava e meia, ou *molhados*, com a taxa de meia oitava.

Os registros, onde a arrecadação das entradas era feita, compunham-se de um alferes e de um soldado pertencentes à Companhia de Dragões, além de um pedestre e um fiel. Neles também eram apresentadas as guias contendo a menção das mercadorias transportadas de um arraial a outro ou de uma capitania a outra. A guarnição também deveria revistar os viajantes, para garantir que eles não detinham em seu poder diamantes ou ouro em pó.

É válido mencionar que o **dízimo** era um tributo religioso, que foi repassado ao governo, em troca da **côngrua**, ou seja, um valor fixo para o sustento dos religiosos. Acrescentam-se, ainda, as **passagens**, que incidiam sobre a passagem dos rios usando-se canoas.

Palacín (1978) pontua que o comércio também pagava impostos ao governo, os quais eram muito mais altos que em Minas Gerais e no Piauí e sua coleta efetuada pela câmara municipal semestralmente. As lojas grandes, que tinham oito mil cruzados em mercadoria, pagavam sessenta oitavas, as médias, com quatro mil em mercadoria, trinta, as pequenas, com dois mil em produtos, quinze e as vendas, com cabedal semelhante às pequenas, vinte. A Casa de Fundição e a Intendência eram as principais instituições econômicas da capitania e administravam a arrecadação tributária. A Provedoria cuidava da arrecadação da Fazenda Real, ou seja, das receitas e despesas da capitania.

Faz-se necessário destacar o arrendamento de cargos públicos na capitania, diante das dificuldades financeiras vividas pela Coroa, incidindo sobre todo encargo recebido tributos como os **donativos** e a **terça parte** (PALACÍN, 1978).

No que tange ao subcampo *moeda*, é digno de nota salientar que as moedas de prata e cobre, que deveriam ser utilizadas nas transações comerciais da capitania, foram remetidas do Rio de Janeiro e repassadas aos registros, mas elas se esgotaram rapidamente. Em virtude disso, o ouro em pó foi freqüentemente usado em lugar das mesmas e nos casos em que o mineiro precisasse viajar para outras capitânicas, era exigida a sua fundição. Não há dúvida de que o uso do ouro em pó no comércio favorecia o contrabando, contudo ele apresentava-se como a saída mais viável, haja vista que a produção de toda a quantidade de moedas necessária seria muito dispendiosa.

Diante desse quadro, à esteira de Palacín (1978), era comum no comércio que o comprador estivesse de posse de uma balança para a pesagem do ouro em pó. Por conseguinte, os preços eram expressos, em sua maioria, em oitavas de ouro, réis, contos, onças, marcos e grãos. No entanto, esse sistema adotado nas negociações causava muito prejuízo aos mineiros, pois muito ouro era perdido nas constantes pesagens, além do grande risco de adulteração do mesmo.

No comércio realizado no sertão por viandantes e comboieiros, a situação era mais grave, porque não havia moedas suficientes, o uso do ouro em pó não era permitido e o emprego das barras sofria restrições, porque não era possível fragmentá-las.

Nos anos de 1751 e 1752, a despesa da capitania de Vila Boa de Goiás ultrapassou sua receita em cinquenta contos, ampliando-se tal desnível com as obras efetuadas pelo governo e com o pagamento dos funcionários da Casa de Fundição. Além disso, os mineiros não conseguiam pagar pontualmente suas dívidas com os comerciantes, os quais também retardavam os pagamentos ao contratador das entradas, levando este a ficar em débito com o governo.

Uma prática comum do governo diante das dívidas contraídas pelos mineiros era executar a penhora de alguns de seus escravos. Todavia, isso dificultava ainda mais a quitação dos débitos, já que as atividades de mineração sofriam uma significativa diminuição. Em face disso, o governo concedeu o “privilegio da trindade”, isentando os mineiros com mais de trinta escravos da penhora dos seus escravos e lavras. Desse modo, o governo reservava-se apenas o direito sobre a penhora da terça parte do lucro das minas.

Quanto ao subcampo *empréstimo*, pode-se afirmar que tinha como condição fundamental a apreensão dos bens do fiador. O tesoureiro da Fazenda Real realizava as negociações econômicas, enquanto o governador determinava os valores da moeda, o sistema de arrecadação tributária etc.

## Considerações Finais

A análise do campo lexical *Economia* viabilizou um melhor entendimento de como a organização sócio-cultural de uma dada comunidade se enreda nos itens lexicais. Por conseguinte, o estudo lexical de documentos goianos do século XVIII demanda uma gama considerável de conhecimento sobre a história goiana da época. Nesse sentido, a divisão dos itens lexicais inventariados no *corpus* em campos lexicais possibilitou o reconhecimento das temáticas mais incidentes nos manuscritos estudados, como é o caso do assunto *Economia*.

Depreende-se, assim, que as considerações históricas sobre o sistema econômico da capitania goiana tiveram como propósito esclarecer não só o texto editado, como a estrutura do próprio campo lexical, cujos itens foram agrupados por pertencerem a uma mesma rede de sentidos. É mister assinalar que os documentos editados podem servir de fonte segura para o conhecimento histórico de uma sociedade em determinada época, no dizer de Higounet (2003, p.10), “não existe história que não se funde sobre textos”.

É forçoso reconhecer, à esteira de Acioli (1994, p.1), que “O documento manuscrito é considerado a mola-mestra da História”, porquanto

fornece informações importantes sobre o passado e a interpretação de acontecimentos passados dependerá dos documentos que o estudioso tem à sua disposição.

Este texto objetivou evidenciar a relação entre léxico e cultura, partindo do pressuposto de que tais domínios estão imbricados, uma vez que o repertório lexical de uma comunidade somente perdura através das gerações à medida que é empregado nas interações sociais dos falantes que a integram (CÂMARA JR.) e; por seu turno, a transmissão do legado cultural dessa mesma comunidade depende da sua representação linguística.

## Referências

### Fonte

**Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762).** Arquivo Municipal de Goiânia. 1724-1762. fólios 66-139.

### Bibliografia

ACIOLI, V. L. C. A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: Editora Massangana; Fundação Joaquim Nabuco; Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

BASSETO, B. F. **Elementos de filologia românica:** história externa das línguas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. A estrutura mental do léxico. In **Estudos de filologia e lingüística:** em homenagem a Isaac Nicolau Salum. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1981. p.132-145.

BLIKSTEIN, I. Crátilo e Hermógenes: motivação versus arbitrariedade do signo lingüístico. In **Estudos de filologia e lingüística:** em homenagem a Isaac Nicolau Salum. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1981. p. 27-37.

CÂMARA JR, J. M. Língua e Cultura. In UCHÔA, C. E. F. (Org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p.287-293.

COSERIU, E. **Principios de semántica estrutural.** Madrid: Editorial Gredos, S. A.; Biblioteca Románica Hispánica, 1977.

CUNHA, C. F. **Sob a pele das palavras:** dispersos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Academia Brasileira de Letras, 2004.

ELIA, S. **Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. 10. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

LYONS, J. **Semântica**. vol. 1. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1980.

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. A. **Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII**. Cotia, SP: Ateliê Editorial. Fapesp, 2005.

PALACIN, L. **Goiás 1722-1822 – estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas**. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1978.

TYLOR, E. B. **Primitive culture**. Londres: John Murray, 1871.

*Artigo recebido em 01/07/2010 e aceito para publicação em 18/09/2010*

